

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DA REDE BÁSICA DE SAÚDE

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</u>	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
<u>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</u>	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
<u>CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA</u>	1969	Cita os deveres dos Estados e os direitos protegidos.
<u>DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA</u>	1978	Define diretrizes da atenção básica. O documento foi assinado na Conferência Internacional sobre cuidados primários de Saúde.
<u>DECLARAÇÃO DE VIENA E PROGRAMA DE AÇÃO</u>	1993	Reafirma o empenho de todos os Estados em cumprirem as suas obrigações no tocante à promoção do respeito universal, da observância e da proteção de todos os direitos do homem e liberdades fundamentais para todos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com outros instrumentos relacionados com os Direitos do homem e com o direito internacional.
<u>PLATAFORMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS</u>	1993	Em junho de 1993, representantes de países e de ONGs (organizações não-governamentais) de todo o mundo reuniram-se em Viena, Áustria, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Organizações defensoras dos direitos das mulheres trabalharam durante anos nos níveis nacional, regional e global para garantir que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos e que a violência de gênero fosse incluída na discussão.
<u>PROTOCOLO DE SAN SALVADOR</u>	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

MARCOS NACIONAIS

Publicação/Origem		Ementa
<u>NORMA OPERACIONAL BÁSICA - NOB SUS 01/96</u>	1996	A Norma Operacional Básica tem por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus municípios (Artigo 30, incisos V e VII, e Artigo 32, Parágrafo 1º, da Constituição Federal), com a conseqüente redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS.
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</u>	1996	O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos.
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II</u>	2002	Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução.
<u>NORMA OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOAS/SUS</u>	2002	Amplia as responsabilidades dos municípios na atenção básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede a atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.
<u>Plano Nacional de Saúde</u>	2004	O objetivo do Plano é promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades regionais e provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.
<u>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</u>	2006	Versão atual do PNEDH. A estrutura do documento estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
<u>Constituição Federal do Brasil</u>		05/10/88	Assembléia Nacional	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
			Constituinte	
Lei	8.080	19/09/90	PR	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Institui o Sistema Único de Saúde.
Lei	8.142	28/12/90	PR	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
Portaria	2.203	05/11/96	MS	Aprova a NOB 1/96, a qual redefina o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, constituindo, por conseguinte, instrumento imprescindível à viabilização da atenção integral à saúde da população e ao disciplinamento das relações entre as três esferas de gestão do Sistema.
Portaria	44	03/01/02	MS	Definir as atribuições do Agente Comunitário de Saúde – ACS – na prevenção e no controle da malária e da dengue.
Portaria	373	27/02/02	MS	Aprova, na forma do anexo desta Portaria, a Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS-SUS 01/2002, que amplia as responsabilidades dos municípios na atenção básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do sistema único de saúde e procede a atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.
Portaria Interministerial	1.777	09/09/03	MJ/MS	Aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e define financiamento.
Portaria	979	24/05/04	MS	Atualizar, na forma do Anexo desta Portaria, os valores do Piso da Atenção Básica (PAB) e do Piso da Atenção Básica Ampliado (PAB-A), utilizando a estimativa da população para Estados e Municípios relativa ao ano de 2003.
Portaria	1.043	01/06/04	MS	Reajusta o valor do incentivo financeiro ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde.
Portaria	1.433	14/07/04	MS	Redefine critérios de avaliação para habilitação de municípios em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada - GPAB-A e em Gestão Plena do Sistema Municipal, e dá outras providências.
Portaria	1.572	29/07/04	MS	Estabelece o pagamento de próteses dentárias totais em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD
Portaria	2.513	23/11/04	MS	Atualiza o valor do incentivo adicional aos Agentes Comunitários de Saúde, integrantes do Programa Agentes Comunitários de Saúde ou do Programa Saúde da Família.
Portaria	2.607	10/12/04	MS	Aprova o Plano Nacional de Saúde/PNS – Um Pacto pela Saúde no Brasil.
Portaria	21	05/01/05	MS	Estabelece os mecanismos e as responsabilidades para o financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e dá outras providências.
Portaria	543	08/04/05	MS	Autoriza repasse do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, para intensificação das ações de vigilância e controle da tuberculose, e dá outras providências.

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Portaria	1.072	04/07/05	MS	Estabelecer aditivo de valor concedido a Municípios do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família - PROESF.
Portaria	2.084	26/10/05	MS	Estabelece os mecanismos e as responsabilidades para o financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e dá outras providências.
Portaria	156	19/01/06	MS	Dispõe sobre o uso da penicilina na atenção básica à saúde e nas demais unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria	399	22/02/06	MS	Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.
Portaria	648	28/03/06	MS	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
Portaria	649	28/03/06	MS	Define valores de financiamento para o ano de 2006, com vistas à estruturação de Unidades Básicas de Saúde para as equipes Saúde da Família, como parte da Política Nacional de Atenção Básica.
Portaria	650	28/03/06	MS	Define valores de financiamento do PAB fixo e variável mediante a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a estratégia de Saúde da Família e para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica.
Portaria	687	30/03/06	MS	Aprova a Política de Promoção da Saúde.
Portaria	822	17/04/06	MS	Altera critérios para definição de modalidades das ESF dispostos na Política Nacional de Atenção Básica.
Portaria	971	03/05/06	MS	Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.
Portaria	1.010	08/05/06	MS	Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
Portaria	1.027	10/05/06	MS	Define os novos tetos financeiros, os procedimentos para programação do POA/PA e o prazo de execução e prestação de contas da Fase I do Componente 1 PROESF.
Portaria Conjunta	48	30/06/06	MS	Divulga os municípios que integram os planos de trabalho do Pró-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde) e das Residências Médicas em Medicina de Família e Comunidade.
Portaria	1.600	17/07/06	MS	Aprova a constituição do Observatório das Experiências de Medicina Antroposófica no Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria	2.133	11/09/06	MS	Define o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos municípios e ao Distrito Federal, e divulga os valores anuais/mensais da parte fixa do PAB, por município e Distrito Federal.
Lei	11.350	05/10/06	PR	Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
				parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.
Portaria	748	10/10/06	MS	Residencial Terapêutico em Saúde Mental e sua classificação.
Portaria	749	10/10/06	MS	Atenção a Saúde do Sistema Penitenciário.
Portaria	750	10/10/06	MS	Normas de cadastramento das equipes da Estratégia de Saúde da Família, nos tipos: Equipe de Saúde da Família - ESF, Equipe de Saúde da Família com Saúde Bucal - ESFSB e Equipe de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.
Portaria	2.527	19/10/06	MS	Define os conteúdos mínimos do Curso Introdutório para profissionais da Saúde da Família.
Portaria	853	11/11/06	MS	Incluir na Tabela de Serviços/classificações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES de Informações do SUS, o serviço de código 068 - Práticas Integrativas e Complementares
Portaria Conjunta	51	20/12/06		Publica, como anexo, a listagem de municípios que fazem jus ao incentivo referente à vinculação com Programas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, constantes no Anexo desta Portaria.
Portaria	35	04/01/07	MS	Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Telessaúde.
Portaria	91	10/01/07	MS	Regulamenta a unificação do processo de pactuação de indicadores e estabelece os indicadores do Pacto pela Saúde, a serem pactuados por municípios, estados e Distrito Federal.
Portaria	204	29/01/07	MS	Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
Portaria	321	08/02/07	MS	Institui a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde - SUS.
Portaria	1.624	10/07/07	MS	Regulamenta, para o ano de 2007, a transferência aos incentivos financeiros referentes à Compensação de Especificidades Regionais - CER, componente da parte variável do Piso da Atenção Básica.
Portaria	1.625	10/07/07	MS	Altera atribuições dos profissionais das Equipes de Saúde da Família - ESF dispostas na Política Nacional de Atenção Básica.
Portaria	398	11/07/07	MS	Altera a redação do art. 6º da Portaria SAS/MS nº 853, de 30 de novembro de 2006.
Portaria	1.696	17/07/07	MS	Atualiza os valores do Piso da Atenção Básica - (PAB) para Municípios e o Distrito Federal para o ano de 2006, constante da Resolução nº 2, de 28 de agosto de 2006, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescida do quantitativo de população assentada entre os anos 2000 e 2005.
Portaria	1.761	24/07/07	MS	Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde.
Portaria Interministerial	3.019	26/11/07	MEC/MS	Dispõe sobre o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde - para os cursos de graduação da área da saúde.
Portaria	3.237	24/12/07	MS	Aprovar as normas de execução e de financiamento da assistência farmacêutica na atenção básica em saúde.

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Portaria	154	24/01/08	MS	Cria os Núcleos de apoio ao Saúde da Família - NASF
Portaria	221	17/04/08	MS	Publica, na forma de Anexo, a Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária. [e] Define que a Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária que será utilizada como instrumento de avaliação da atenção primária e/ou da utilização da atenção hospitalar, podendo ser aplicada para avaliar o desempenho do sistema de saúde nos âmbitos Nacional, Estadual e municipal.
Portaria	1.107	04/06/08	MS	Credencia Municípios conforme quantitativo e modalidade definidos, para receber o incentivo financeiro aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.
Portaria	1.150	09/06/08	MS	Credencia Municípios conforme quantitativo e modalidade definidos, a receberem o incentivo financeiro aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.
Portaria	1.234	19/06/08	MS	Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde - ACS.
Portaria	1.364	03/07/08	MS	Regulamenta, para o ano de 2008, a transferência dos incentivos financeiros referentes à Compensação de Especificidades Regionais - CER, componente da parte variável do Piso da Atenção Básica.

Fonte principal: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/legislacao.php>